



BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ANA LUIZA TELES HOLANDA

ELLEN DÉBORA DE JESUS

**A CRIANÇA E SEU LUGAR NA SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM
PSICANALÍTICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NOS SERVIÇOS ORIENTADOS PARA O
SEU CUIDADO.**

Marabá/PA

2024

ANA LUIZA TELES HOLANDA
ELLEN DÉBORA DE JESUS

**A CRIANÇA E SEU LUGAR NA SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM
PSICANALÍTICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NOS SERVIÇOS
ORIENTADOS PARA O SEU CUIDADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Faculdade Carajás como
requisito parcial para obtenção de título de
Bacharel em Psicologia.
Orientador: Ozileia Costa.

Marabá-PA

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA LUIZA TELES HOLANDA

ELLEN DÉBORA DE JESUS

A CRIANÇA E SEU LUGAR NA SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NOS SERVIÇOS ORIENTADOS PARA O SEU CUIDADO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade dos Carajás como
requisito parcial para obtenção de título de Bacharelado em Psicologia.

Prof. Me. Ozileia Costa

Prof. Me. Milla Vieira

Prof. Me. Paula Danielle Souza Monteiro

Marabá, 21 de Novembro de 2024.

A CRIANÇA E SEU LUGAR NA SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NOS SERVIÇOS ORIENTADOS PARA O SEU CUIDADO.

Ana Luiza Teles Holanda¹
Ellen Debora De Jesus²
Ozileia Costa³

RESUMO

Este trabalho explora o a forma como a criança é vista e tratada nos serviços orientados para seu cuidado, a partir de uma perspectiva psicanalítica. A pesquisa explora e aborda a evolução da concepção da infância e a visão predominante adultocêntrica que desconsidera a criança como sujeito de desejo. A metodologia utilizada é um relato de experiência baseado em um estágio clínico infantil, analisado sob a ótica psicanalítica. O estudo busca entender as razões pelas quais a criança não é escutada como agente ativo e oferece uma análise psicanalítica sobre o direito da criança à participação nas decisões relativas a seu cuidado.

Palavras-chave: criança, lugar de fala, psicanálise, participação social, desenvolvimento.

ABSTRACT

This work explores the way children are seen and treated in care-oriented services, from a psychoanalytic perspective. The research explores and addresses the evolution of the conception of childhood and the predominantly adult-centric view that disregards the child as a subject of desire. The methodology used is an experience report based on a child clinical internship, studied from a psychoanalytic perspective. The study seeks to understand the reasons why children are not listened to as active agents and offers a psychoanalytic analysis of the child's right to participate in decisions relating to their care.

Keywords: child, voice, psychoanalysis, social participation, development.

INTRODUÇÃO

A infância passou por transformações significativas ao longo da história, especialmente na maneira como é compreendida nos âmbitos social, psicológico e legal. Philippe Ariès, em *História Social da Criança e da Família* (1981), explora a infância como uma construção social, cuja concepção evoluiu gradualmente. Até o final da Idade Média, as crianças eram tratadas como “mini-adultos,” sem reconhecimento de suas necessidades específicas. Com a reorganização das estruturas familiares no século XVII e a formalização da educação, a infância ganhou relevância como uma fase única, o que estabeleceu as bases para o entendimento moderno, que reconhece a infância como um período essencial para o desenvolvimento emocional e psicológico (ARIÈS, 1981, p. 23).

Estudos históricos como o de Ariès analisam a evolução do conceito de infância, enquanto a psicanálise investiga a importância de escutar a criança em contextos terapêuticos e sociais, enxergando-a como sujeito de desejo e não apenas um ser em formação. A psicanálise, conforme os trabalhos de Freud (1856-1939), considera que as experiências da infância são fundamentais na formação psíquica do indivíduo. Freud destaca que o desenvolvimento emocional não é apenas um processo biológico, mas também psíquico, no qual a criança emerge como sujeito de desejos inconscientes e conflitos. Assim, esse olhar psicanalítico propõe uma compreensão mais profunda da infância, com um reconhecimento da criança como sujeito de direitos, capaz de influenciar sua constituição psíquica e emocional (FREUD, 1996, p. 123).

Ainda do ponto de vista histórico e da construção dos direitos humanos, vemos que a criança foi paulatinamente reconhecida como sujeito de direitos. Em 1959, quando proclamada a **Declaração Universal dos Direitos da Criança** pela Organização das Nações Unidas (ONU), a criança passou a ser legalmente reconhecida como um ser humano singular, com características específicas e direitos próprios, sendo vista, enfim, como cidadã.

Na sequência desse marco histórico, outras legislações foram constituídas com o objetivo de consolidar o reconhecimento dos direitos das crianças. Destaca-se o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA), instituído no Brasil em 1990, que representa um avanço significativo ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, considerando-os em sua condição peculiar de desenvolvimento. O ECA estabelece princípios fundamentais como a prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades,

assegurando-lhes acesso à saúde, educação, cultura, lazer e convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Esse movimento de reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos reflete uma mudança cultural e jurídica que reposiciona a infância no centro das discussões sociais e políticas, alinhando-se aos compromissos firmados internacionalmente, como na **Convenção sobre os Direitos da Criança**, adotada pela ONU em 1989. Essa convenção reforça a importância de garantir proteção integral e condições para o pleno desenvolvimento da infância, reconhecendo sua vulnerabilidade e singularidade (UNICEF, 2009).

Contudo, apesar desses marcos teóricos e históricos a respeito dos direitos e da concepção de criança, na prática cotidiana, frequentemente se verifica que a criança é sempre calada pelo adulto, não merecendo ser ouvida, vivenciando e assistindo o mundo no qual ela não é protagonista.

A partir disso, esse trabalho tem como objetivo investigar a forma como a criança é vista e tratado nos serviços orientados pra seu cuidado. Seguindo esse objetivo principal, a pergunta norteadora é: Por que a criança, em contextos de cuidado, frequentemente não é escutada como sujeito? A hipótese central sugere que uma visão adultocêntrica impede o reconhecimento da criança, o que afeta negativamente seu desenvolvimento emocional e limita sua participação social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Construção Histórica do Conceito de Infância segundo Phillippe Ariès.

Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981), examina a infância como um fenômeno social, destacando que, até o final da Idade Média, a criança era considerada apenas um ser em miniatura de um adulto. Esse quadro começou a mudar no século XVII, com as mudanças sociais e familiares que ocorreram na Europa, particularmente em países como a França (ARIÈS, 1981, p. 125). Nesse período, com o crescimento do Estado moderno e as transformações na estrutura da família, surgiu uma nova percepção da infância. A criança passou a ser vista como um ser com necessidades emocionais e psicológicas próprias, necessitando de cuidados e proteção específicos,

especialmente no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento moral, aspecto que impulsiona o surgimento uma noção de infância como uma fase caracterizada por necessidades emocionais e psicológicas. Ariès aponta que, ao longo do tempo, a infância começou a ser reconhecida como uma etapa separada da adolescência e da vida adulta, com um conjunto de características próprias, como a necessidade de brincadeiras, cuidados especiais, educação formal e a criação de laços emocionais mais estreitos com os pais (ARIÈS, 1981, p. 125).

A reflexão de Ariès sobre a infância e a família também se conecta à maneira como as crianças começaram a ser representadas de forma diferente na arte, na literatura e na cultura. A percepção de que a infância era uma fase fundamental para o desenvolvimento humano levou à criação de instituições específicas, como escolas e orfanatos, que se tornaram mais comuns a partir dos séculos XVII e XVIII. A análise de Ariès propõe uma crítica à visão que ainda prevalece em algumas sociedades, que tende a ver a infância de forma simplificada ou até desconsiderada, sem reconhecer a criança como sujeito de sua própria história e de direitos.

A análise de Ariès auxilia para a compreensão da noção de infância como uma fase distinta e com direitos específicos que continua a se expandir e se transformar ao longo do tempo, influenciando, inclusive, discussões contemporâneas sobre o lugar de fala e a participação das crianças na sociedade. Essa transformação histórica reflete-se em legislações que foram se desenvolvendo e vão reconhecer a criança não mais como um ser passivo, mas como um sujeito ativo, com direitos e voz própria.

Neste campo, a noção de criança está intimamente relacionada aos direitos reconhecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que assegura a elas o direito de expressar suas opiniões e participar de todas as decisões que as afetam (UNICEF, 2009). Esse direito sugere uma transformação que deve ocorrer na sociedade para que se reconheça a criança como agente social e a importância de sua contribuição nos processos desenvolvidos para atender às suas necessidades.

No entanto, como destaca Sarmiento (2005), a inclusão da criança nesses espaços "ainda enfrenta resistências culturais e institucionais, uma vez que a concepção de infância como um período de dependência e preparação para a vida adulta continua a limitar o reconhecimento efetivo de sua voz" (SARMENTO, 2005, p.87).

Essa evolução da compreensão da infância como uma fase distinta e com

necessidades próprias teve grande impacto nas políticas públicas e na legislação, culminando na criação de instrumentos legais que reconhecem os direitos das crianças, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA, que foi promulgado no Brasil em 1990, reflete essa mudança de perspectiva ao assegurar que as crianças não são apenas objetos de proteção, mas sujeitos de direitos, incluindo o direito à educação, à saúde, à convivência familiar e comunitária, e à participação nas decisões que as afetam.

2. A Criança como Sujeito de Desejo para a Psicanálise

A psicanálise, a partir da obra de Sigmund Freud, transformou profundamente a maneira de compreender a infância. Tradicionalmente, antes de Freud, a criança era vista como um ser em formação, cuja subjetividade e desejos eram secundários à função de preparação para a vida adulta (*PRISZKULNIK, 2003, p. 74*).

No entendimento psicanalítico, a criança não é uma miniatura do adulto, mas um sujeito com um mundo interno pleno de sentidos e significados. Como destaca Léia Prizskulnik, a sexualidade infantil e os conflitos inconscientes não são apenas fenômenos de transição, mas marcam profundamente a constituição psíquica da criança, revelando que ela não é apenas um recipiente de normas e influências externas, mas uma figura ativa no processo de sua própria formação (*PRISZKULNIK, 2003, p. 75*).

Esse novo olhar sobre a infância, que se afasta da visão tradicional de um ser passivo, reverbera na forma como a psicanálise compreende as dinâmicas familiares e educacionais. A criança passa a ser vista como um ser de desejos e fantasias que têm impacto direto no processo de socialização e nas relações com os pais e outras figuras de autoridade. Esses desejos não são considerados como uma simples "fase passageira", mas sim como elementos fundamentais da construção psíquica da criança. Na obra *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (FREUD, 1905) enfatiza a importância da sexualidade infantil e a forma como ela influencia as primeiras interações sociais, o que redefine a criança como um sujeito com uma identidade que se constrói desde os primeiros anos de vida, e não como uma tábula rasa a ser moldada pelos adultos.

A psicanálise coloca em questão o papel da sociedade, da família e da escola, que por vezes ignoram os desejos e as necessidades psíquicas da criança, tratando-a apenas como um ser em processo de adaptação ao mundo adulto. A criança, ao ser reconhecida

como sujeito, passa a ter um lugar legítimo na construção de sua identidade e nas decisões que afetam sua vida cotidiana. Não sendo apenas um receptor de cuidados e ensinamentos, mas um agente ativo com necessidades e desejos. (PRISZKULNIK, 2003, p. 75).

A concepção psicanalítica da criança como sujeito de desejo também é amplamente explorada por Winnicott (1965), que sublinha a importância do ambiente e da presença de figuras parentais no desenvolvimento psíquico infantil. Para Winnicott, o conceito de "mãe suficientemente boa" é fundamental nesse processo, pois essa figura de cuidado cria um espaço de segurança e acolhimento que permite à criança explorar seus próprios impulsos e potencialidades. Nesse contexto, a criança não é considerada uma "folha em branco", mas um ser que, ao se relacionar com o ambiente, começa a construir uma percepção de si mesma como sujeito dotado de desejos próprios e que dá sentido particular ao mundo a seu redor.

Assim, a psicanálise contribui para uma reinterpretação do papel da criança na sociedade, sugerindo que ela não deve ser tratada como um ser moldado pelos adultos, mas como um sujeito com direitos e desejos legítimos. Ao ser reconhecida nessa condição, a criança passa a ter um lugar significativo nas discussões sobre sua educação e seu bem-estar, desafiando modelos tradicionais que minimizam seu papel na sociedade. Nesse contexto, a escuta da criança se torna uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que respeita e valoriza a infância como uma fase rica de significados.

3. A criança e suas formas de expressão:

Na psicanálise, a linguagem ocupa um papel central na constituição do sujeito e transcende a fala verbal. Lacan (1953) afirma que "o inconsciente é estruturado como uma linguagem", o que evidencia a importância dos sistemas simbólicos no processo de constituição do sujeito. Nesse contexto, a expressão infantil abrange diversas formas, como o brincar, o gesto, o choro e outros meios simbólicos, que são igualmente fundamentais para o desenvolvimento psíquico da criança.

Gomes e Munhoz (2022) destacam que reconhecer a criança como um sujeito psíquico e emocional, com desejos próprios e uma subjetividade em formação, implica criar

um ambiente que favoreça sua expressão em múltiplas dimensões, além da fala. Essa abordagem respeita a singularidade da infância e a reconhece como agente ativo em seu desenvolvimento e nas decisões que lhe dizem respeito. Conforme esses autores, "é essencial considerar a pluralidade de modos pelos quais a criança se comunica e simboliza sua realidade, assegurando um espaço inclusivo e responsivo às suas necessidades" (GOMES; MUNHOZ, 2022, p. 6).

A teoria psicanalítica de Donald Winnicott (1975) complementa essa visão ao propor o conceito de "espaço potencial" e enfatizar o papel do brincar como uma forma primordial de expressão. Para Winnicott, o ambiente suficientemente bom, que proporciona segurança emocional e responsividade, é essencial para que a criança possa simbolizar seus desejos e explorar sua subjetividade. O brincar é entendido como uma atividade criativa que possibilita à criança integrar suas experiências internas e externas, promovendo sua autonomia e autoconfiança.

Melanie Klein (1940) também contribui para essa compreensão ao destacar que as primeiras relações objetais são centrais para o desenvolvimento psíquico. Segundo Klein, a capacidade de simbolizar, mediada por expressões diversas como o brincar e o desenho, é crucial para a organização interna e o desenvolvimento emocional. Ao expressar seus sentimentos e conflitos, a criança inicia o processo de elaboração psíquica, o que fortalece sua identidade e a ajuda a estabelecer vínculos significativos com o mundo externo.

A ampliação do conceito de expressão infantil também encontra respaldo na perspectiva de Philippe Ariès (1981), que analisa a evolução histórica da infância como uma construção social. Ele argumenta que a infância deve ser compreendida em sua totalidade, incluindo os modos não verbais pelos quais a criança se relaciona com o mundo. Essa abordagem reforça a importância de práticas sociais e educacionais que valorizem e incentivem a expressão da criança em todas as suas formas.

Nesse contexto, ao permitir que a criança se expresse de maneira ampla, as práticas sociais, educacionais e de cuidado contribuem para sua formação como sujeito autônomo. Como afirmam Gomes e Munhoz (2022), "ao reconhecer a pluralidade das expressões infantis, promovemos uma educação inclusiva e respeitosa, que fortalece a infância como uma etapa essencial para o desenvolvimento humano" (p. 6). Portanto, o respeito e o incentivo à diversidade de expressões são fundamentais para a construção de uma infância valorizada e inclusiva.

4. Relato de Experiência: Reflexões Psicanalíticas a partir do Estágio Supervisionado

Durante o período de estágio desenvolvido em uma instituição de cuidado infantil, foi possível observar a maneira como adultos e cuidadores lidam com a expressão e a capacidade de escolha das crianças. Ao entrar em contato com a rotina institucional, ficou evidente uma tendência, por parte dos responsáveis, de enxergar a criança como um sujeito ainda incompleto, alguém que, por estar em fase de desenvolvimento, não teria discernimento suficiente para fazer escolhas e formar opiniões. Essa visão, amplamente difundida no ambiente institucional, reforça a prática de ignorar ou minimizar a expressão do desejo infantil, o que impede o desenvolvimento de uma relação mais horizontal entre adultos e crianças.

Por exemplo, em situações cotidianas, como a escolha de atividades ou preferências alimentares, foi observado que, diante da recusa de uma criança em participar de uma dinâmica de grupo, os cuidadores frequentemente optavam por insistir na mesma atividade, o que, por muitas das vezes, acabava por frustrar a criança. Embora a intenção fosse evitar conflitos, essa abordagem desconsiderava o desejo expresso pela criança, limitando seu protagonismo no ambiente. De forma semelhante, durante uma oficina de pintura, uma criança que preferia desenhar livremente em vez de seguir o modelo sugerido pelo educador foi desencorajada, recebendo um olhar de reprovação e comentários que reforçavam a necessidade de "seguir as regras".

Em momentos de interação lúdica, foi possível identificar que, quando uma criança manifestava interesse por uma atividade específica fora da rotina programada, esse desejo raramente era levado em conta. A justificativa dada pelos adultos era de que seguir a programação seria mais produtivo ou eficiente, o que, na prática, ignorava a singularidade e as necessidades individuais da criança. No decorrer das atividades e interações diárias, ficou claro que as intervenções dos cuidadores estão majoritariamente voltadas para aspectos pedagógicos, segurança e controle comportamental, de modo que a dimensão subjetiva das crianças – representada por suas preferências e escolhas – é muitas vezes negligenciada.

Outro exemplo significativo desse padrão foi observado durante um conflito entre duas crianças que disputavam um brinquedo. Em vez de buscar compreender os

sentimentos e motivações envolvidos na briga, os cuidadores focaram em identificar um culpado, frequentemente privilegiando a versão de quem conseguiu "se explicar melhor". A consequência, em muitos casos, era aplicar castigos punitivos, como privar uma das crianças de brincar pelo resto do dia. Essa abordagem, ao invés de estimular a reflexão ou o aprendizado emocional, reforçava a invalidação da experiência emocional infantil. A criança punida, além de se sentir injustiçada, não tinha a oportunidade de compreender o impacto de suas ações ou desenvolver habilidades de resolução de conflitos.

Além disso, em situações de maior intensidade emocional, como episódios de choro ou explosões de raiva, foi comum perceber que os adultos preferiam impor silêncio ou repreender diretamente, em vez de oferecer espaço para que as crianças nomeassem ou processassem seus sentimentos. Por exemplo, uma criança que, frustrada com a demora para começar uma atividade, expressou sua insatisfação por meio de um comportamento mais agitado foi prontamente mandada para o "cantinho do pensamento", sem que lhe fosse dada a oportunidade de verbalizar o que estava sentindo. Essa prática, embora visasse controlar o comportamento, perpetuava a ideia de que os sentimentos da criança eram irrelevantes ou inaceitáveis.

Ainda nesse contexto, ante a dificuldade de comunicação com os adultos responsáveis, algumas crianças demonstraram frustração por não serem ouvidas ao expressar preferências ou ao tentar explicar os motivos de suas ações durante conflitos.

Ao perceber a criança como uma figura dependente e ainda incapaz de fazer escolhas conscientes, os adultos acabam centralizando as decisões sem permitir uma abertura para que as crianças participem ativamente. Tal conduta não apenas nega a possibilidade de a criança expressar seus desejos, inquietações e exercer sua autonomia, como também reforça nela a ideia de que seu papel na sociedade é secundário, limitado a obedecer a orientações sem questioná-las.

Assim, os relatos aqui apresentados, evidenciam a importância de se refletir sobre práticas que excluam a escuta da criança e suas formas de expressão. Incorporar a escuta ativa, compreender as emoções e valorizar os desejos das crianças não apenas promove relações mais horizontais, mas também contribui para a formação de sujeitos autônomos, capazes de se reconhecerem como participantes ativos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio, que inspirou a produção deste trabalho, aponta para uma reflexão importante acerca do modo como as crianças são vistas e tratadas pelos adultos numa instituição orientada para seu cuidado. Nesse espaço, a escuta da criança, seus desejos, e conflitos, são frequentemente desconsiderados, de modo que não há espaço para que ela se expresse e participe das decisões ligadas à sua rotina.

Portanto, nas instituições de cuidado, foi observado que frequentemente não há espaço para a criança se expressar ou participar ativamente das decisões que afetam sua rotina. Em muitos casos, as práticas institucionais priorizam o controle e a adaptação das crianças a regras e rotinas estabelecidas pelos adultos, sem considerar suas preferências ou sentimentos. Essa ausência de escuta ativa e a imposição de um modelo adulto de organização limitam a autonomia da criança e dificultam sua inserção como sujeito de desejo, reforçando a ideia de que ela deve apenas seguir orientações, sem ser vista como agente de sua própria história.

Reconhecer a criança como sujeitos capazes de ter opinião e vontade é fundamental para promover um ambiente que propicie sua expressão e favoreça o desenvolvimento integral, respeitando-a como um agente ativo e participante. Esse reconhecimento reforça uma postura ética e educativa que valoriza a escuta e o acolhimento das demandas infantis, contribuindo para uma construção social que legitime a criança como sujeito de direito e de desejo.

Referências

DEMAUSE, Lloyd. História da Infância. Rio de Janeiro: LTC, 1991.

FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GAITÁN, Lourdes. Infância e Sociedade: Novas Perspectivas Sociológicas. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, Sidmar Silveira; MUNHOZ, Letícia da Silva. Lugar de fala infantil? Possíveis (re)leituras da infância no âmbito de uma prática artístico-pedagógica. *Anais da EAIC 2022*. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2022/an/artes/57.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

KLEIN, Melanie. Amor, Culpa e Reparação e Outros Trabalhos (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LOCKE, John. Alguns Pensamentos sobre a Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PAIM, Sara. Infância e Voz: A Escuta da Criança no Espaço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

POSTMAN, Neil. O Desaparecimento da Infância. São Paulo: Graphia, 1999.

PRISZKULNIK, Léia. A criança sob a ótica da psicanálise: algumas considerações. In: _____. *Psicanálise e criança: temas e questões*. São Paulo: Ed. Escuta, 2003. p. 73-77.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou Da Educação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Cultura e Sociedade. Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: UNICEF Brasil, 2009.

WINNICOTT, Donald. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.